

**QUEM SÃO OS JOVENS ‘NEM NEM’
NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA**

*WHO ARE YOUNG PEOPLE ‘NEET’
IN THE METROPOLITAN REGION OF FORTALEZA*

Antonia Jaine da Silva Pereira

Economista (URCA) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia
(PPGDEM/UFRN)

E-mail: jainerodrigues22@yahoo.com

Telefone: (84) 9 9835 6231

Silvana Nunes de Queiroz

Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do
Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDEM/UFRN)

E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

Telefone: (88) 9 9792 8808

QUEM SÃO OS JOVENS ‘NEM NEM’ NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

RESUMO

Este estudo tem como objetivo traçar o perfil sociodemográfico dos jovens nem nem que residem na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), além de estimar a probabilidade de estarem nessa condição. Os microdados da PNAD 2015 são a principal fonte de informações. Quanto aos resultados, as características mais marcantes no perfil do jovem nem nem de 15 a 29 anos, é a predominância de mulheres, da raça/cor parda, com ensino médio completo ou superior incompleto, solteiro, mora com os pais, em área urbana e em domicílios com rendimento até ½ salário mínimo. O modelo probit mostrou que somente a escolaridade afeta negativamente a probabilidade de estar nessa condição, enquanto as demais variáveis tem efeito ‘positivo’, ao aumentar a chance de ser nem nem, com destaque para o rendimento familiar per capita abaixo de meio salário mínimo, variável explicativa com maior impacto, reafirmando a vulnerabilidade financeira dos jovens que estão em tal condição.

Palavras-chave: Educação, Trabalho, Jovem, Nem Nem, Região Metropolitana de Fortaleza

ABSTRACT

This study aims to outline the socio-demographic profile of young people neet, even those who live in the Metropolitan Region of Fortaleza (RMF), in addition to estimating the probability of being in this condition. PNAD 2015 microdata is the main source of information. As for the results, the most striking characteristics in the profile of the young people neet, from 15 to 29 years old, is the predominance of women, of mixed race/color, with complete high school or incomplete higher education, single, lives with their parents, in an urban area and in households with income up to ½ minimum wage. The probit model showed that only schooling negatively affects the probability of being in this condition, while the other variables have a 'positive' effect, by increasing the chance of being neet, with emphasis on per capita family income below half the minimum wage, explanatory variable with the greatest impact, reaffirming the financial vulnerability of young people who are in such condition.

Keywords: Education, Job, Young, Neet, Metropolitan Region of Fortaleza

Área 2 - Economia Social

Classificação JEL: J38; B55; J13

1. INTRODUÇÃO

Assistiu-se, nos últimos anos, significativo crescimento no contingente absoluto e relativo de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham. Tal tendência tem preocupado os formuladores de políticas públicas e despertado o interesse de pesquisadores, já que não é um fenômeno recente e nem se restringe ao Brasil. Com isso, o tema passou a ganhar atenção entre os estudiosos, tornando-se pauta de pesquisa a partir dos anos 2000, com os quais tais jovens passaram a ser denominados “nem nem” (nem estuda, nem trabalha).

Trata-se de um tema que se tornou foco de discussões, contudo, voltados notadamente para o jovem nem nem no Brasil (CAMARANO et al., 2006; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013; COSTA; ULYSSEA, 2014). Assim, apesar da importância da temática, não se conhece até o presente momento estudos específicos sobre esses jovens no estado do Ceará.

Diante do exposto, este estudo pretende preencher esta lacuna, ao traçar o perfil sociodemográfico dos jovens nem nem residentes na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Além disso, é feita uma descrição dos investimentos públicos realizados em educação e programas para o primeiro emprego no Ceará, a partir dos anos 2000.

Afora a contribuição científica para a discussão do tema, este estudo pode interessar aos formuladores de políticas públicas, ao mostrar quem são os jovens nem nem residentes na RMF, e nortear a atuação do governo em pontos como o combate à evasão escolar e ao desemprego, ou ainda o auxílio para a saída da condição de nem nem.

Para alcançar o objetivo proposto, utilizou-se como principal fonte de dados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A extração dos dados procedeu com o software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Science) que permitiu a obtenção das informações para as estatísticas descritivas, e através do software STATA 13, foi possível a construção do modelo probit. Também fez-se uso do programa Excel para a construção de tabelas e o QGIS (versão 2.18.12) para a elaboração do mapa de localização.

No tocante a organização do trabalho, além desta introdução, o mesmo conta com mais cinco seções. A segunda faz uma breve descrição dos investimentos públicos realizados em educação a partir dos anos 2000, considerando ações realizadas no Ceará. Já a terceira seção descreve os programas para o primeiro emprego efetuados pelo governo cearense. Por sua vez, a quarta seção apresenta os procedimentos metodológicos para o alcance dos objetivos propostos. Na quinta seção são apresentados e analisados os dados acerca do perfil sociodemográfico do jovem nem nem na RMF, enquanto a sexta seção destaca as considerações finais do estudo.

2. INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO NO CEARÁ

O Ceará, estado onde localiza-se a RMF, tem buscado melhorias na educação através de diversos programas e investimentos, tornando-se um tema sempre presente na agenda do Governo (COELHO, 2013). No início dos anos 2000, Naspolini (2001) no estudo sobre a reforma da educação básica no Ceará afirma:

[...] o acesso não é mais o problema fundamental, pois 98% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estão matriculadas nas escolas. Mas não é apenas com as tradicionais providências relacionadas com o acesso que será resolvido o problema das crianças que continuam fora da escola. O caso é mais complexo. É de inclusão, o que implica em ações mais abrangentes de política social. Simultaneamente, são necessárias providências para garantir a permanência e o sucesso escolar, relacionados, portanto, com a qualidade. Nesse sentido, o Estado organizou e implantou o ensino em Ciclos de Formação, criou as Classes de Aceleração e vem desenvolvendo um Sistema de Acompanhamento Pedagógico envolvendo toda a rede pública de ensino (NASPOLINI, 2001, p. 174).

A partir de meados da mesma década foram implementados inúmeros projetos, programas, prêmios e ações, envolvendo ensino, transporte (Transporte Escolar), saúde (Programa Saúde na Escola - PSE), alimentação (Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/CE) e esporte (Programa de Formação Esportiva Escolar - Atleta na Escola), além de programas de conscientização e proteção (Programa Escola que Protege - PETECA, Programa Geração da Paz). Há ainda programas e prêmios de estímulo aos gestores, professores e estudantes (Prêmio Escola Nota 10, Professor Aprendiz, Projeto Jovem de Futuro), e aqueles que incentivam a continuação dos estudos (Projeto Rumo à Universidade, Enem Chego Junto Chego Bem, Eu Curto a Universidade) e a formação profissional (Escola Estadual de Ensino Profissional - EEEP) (CEARÁ, 2016).

Entre os programas voltados para o ensino destaca-se o PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa) que, segundo Coelho (2013, p. 4), é um “programa prioritário na agenda estratégica do Governo do Estado do Ceará, instituído no ano de 2007, para fazer frente ao desafio de eliminar o problema do analfabetismo escolar”.

Inicialmente desenvolvido para alguns municípios cearenses e assumido em 2007 como política pública do Ceará, o PAIC figura como importante ferramenta para a alfabetização das crianças da rede pública de ensino. Em 2011, o Governo do Estado lança o PAIC MAIS, estendendo as ações do programa até o 5º ano do ensino fundamental em todas as escolas públicas cearenses. Atualmente o PAIC conta com a parceria de nove instituições: Associação para o Desenvolvimento dos Municípios do Estado do Ceará - APDMCE, Associação dos Municípios do Estado do Ceará - APRECE, Fórum de Educação Infantil do Ceará, Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - SECULT, Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC, União dos Dirigentes - UNDIME, UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME (PAIC, 2020).

Em um estudo sobre a avaliação do ensino através do SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará) para os anos de 2007 a 2010, Lima afirma que:

Os resultados produzidos nas avaliações desses quatro anos demonstram uma tendência acentuada e contínua de melhoria do desempenho em todas as séries e disciplinas avaliadas. Verifica-se que a melhoria no desempenho escolar é mais acentuada nas primeiras séries do ensino fundamental, particularmente no 2º ano. Já no 5º ano, embora tenha apresentado sinais de melhoria, constata-se ainda a existência de defasagens em relação aos níveis desejados para essa etapa de escolaridade. Por outro lado, esses resultados vislumbram, a médio e longo prazo, a possibilidade de melhoria dos desempenhos nos anos subsequentes, uma vez que se espera que os alunos tenham consolidado as habilidades básicas de leitura e escrita (LIMA, 2012, p. 57).

Há também no campo das políticas públicas afinidade entre a Educação e a Saúde, já que se baseiam na universalização de direitos fundamentais (BRASIL, 2009). Dentro dessa perspectiva tem-se o Programa Saúde na Escola (PSE), cuja implantação em uma escola do município de Fortaleza tornou possível aos estudantes a obtenção de hábitos saudáveis a partir das informações recebidas, além de trazer para os profissionais da saúde a percepção acerca do seu papel social de educador (SANTIAGO et al., 2012).

Ainda nesse campo, podem ser citados o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE/CE) e o Programa de Formação Esportiva Escolar (Atleta na Escola). Sobre o primeiro, este tem como principal objetivo oferecer aos alunos uma alimentação saudável, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento e rendimento, além de incentivar a prática de hábitos alimentares saudáveis (CEARÁ, 2016). Além disso, avaliar e acompanhar o estado nutricional de alunos, professores e demais membros da comunidade escolar é outra das ações previstas no PSE (BRASIL, 2009). Quanto a inserção em atividades esportivas no âmbito escolar, o primeiro objetivo era a busca pela democratização do acesso, mas também o incentivo a prática de esportes ou ainda revelar talentos que poderiam ser orientados pela escola (CEARÁ, 2016).

Em se tratando dos programas e prêmios de estímulo aos gestores, professores e estudantes, são exemplos o Prêmio Escola Nota Dez, o Professor Aprendiz e o Projeto Jovem de Futuro, respectivamente. O Prêmio Escola Nota Dez foi criado inicialmente em 2009, mas vige atualmente sob a Lei Nº 15.923 de 15 de dezembro de 2015, tendo como objetivo a valorização da gestão educacional voltada para a aprendizagem do aluno. As premiações baseiam-se nos Índices de Desempenho Escolar (IDE) dos alunos do 2º, 5º e 9º ano, obtidos através das avaliações do SPAECE. O valor da premiação é calculado para cada escola, tanto as de maior quanto as de menor resultado, e estas recebem apenas uma parte (75% e 50%, respectivamente), sendo o recebimento do restante condicionado ao apoio entre os dois tipos, para que seja mantido ou elevado o resultado daquela que

se saiu melhor, e atingida determinada meta no caso daquelas que não se saíram bem. O intuito é estimular a cooperação técnica e pedagógica entre estas, dando as escolas premiadas a oportunidade de desenvolver ações em apoio às demais, possibilitando o desenvolvimento e manutenção do trabalho de qualidade educacional no âmbito do sistema público de ensino no Estado (CEARÁ, 2016).

Já o Professor Aprendiz trata-se da criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento de pesquisas por parte dos professores e estudantes, possibilitando ainda a apresentação/publicação das mesmas. Assim, decidiu-se pela iniciativa de realizar colóquios. O evento teve cinco edições, sendo a última em 2013, com a temática “Diversidade, Qualidade na Educação e Acesso à Educação Superior” (CEARÁ, 2016).

O Projeto Jovem de Futuro, por sua vez, é desenvolvido através de uma parceria entre a Secretaria de Educação do Ceará e o Instituto Unibanco, que oferece apoio técnico e financeiro às escolas participantes para o melhoramento do seu desempenho. As escolas participantes são de ensino médio e recebem, durante um período de 3 anos, capacitação e assessoria técnica, além de financiamento para a execução de planos estratégicos para o melhoramento. Desse modo, o projeto figura como uma proposta à mobilização de todos, sejam alunos, professores ou famílias, em torno de metas pactuadas para atender um objetivo comum, que é a garantia da entrada, permanência com bom desempenho e término do ensino médio.

Além desses, ainda há os programas que incentivam a continuação dos estudos, como o projeto Rumo à Universidade e o Enem Chego Junto Chego Bem, ou ainda a formação profissional, como ocorre nas Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEP). O Projeto Rumo à Universidade é basicamente de preparação, buscando ampliar as oportunidades de acesso às universidades públicas através da disponibilização de materiais didáticos, do auxílio em programas de estudo etc. O Enem Chego Junto Chego Bem parte também da premissa de suporte para o ingresso no ensino superior, especificamente para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas foi se desenvolvendo e passou a abranger também a organização de transporte, hospedagem e alimentação, além das atividades pedagógicas (CEARÁ, 2016).

Já as Escolas Estaduais de Ensino Profissional (EEEP) começaram a ser instituídas no Ceará a partir de 2008 e somam no ano de 2016, 116 em todo o estado, com o objetivo de tornar possível um futuro mais igual e com mais oportunidades para os jovens cearenses. Para isso, as Escolas Estaduais funcionam em tempo integral e integram ao ensino médio cursos técnicos profissionalizantes, ampliando as perspectivas do jovem cearense ao articular os direitos à educação e ao trabalho. Os recursos utilizados para a implantação da rede de ensino profissional provêm do Governo do Estado do Ceará e do apoio do Governo Federal por meio do Programa Brasil Profissionalizado (CEARÁ, 2016).

Acompanhando o desenvolvimento dos diversos projetos e programas, é necessário saber sobre os métodos de avaliação do ensino. Nesse quesito destaca-se o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), que consiste em uma avaliação censitária e universal, que abrange escolas estaduais e municipais, e é composta por itens de Língua Portuguesa e Matemática, elaborados pelos professores da rede pública. O sistema vem sendo implementado desde 1992, mas a partir de 2007 foi modificado, ampliando a avaliação do ensino médio para os três anos. Assim, tem-se avaliações desde a alfabetização, com o SPAECE - Alfa realizado no 2º ano, passando pelo ensino fundamental com avaliações no 5º e no 9º ano, e continuando no ensino médio, que passou a ser avaliado em seus três anos a partir de 2007 (CEARÁ, 2020b).

Quanto aos resultados obtidos com as ações do governo na área educacional, estes foram positivos em relação à qualidade do ensino, que segundo Naspolini (2001) tornou-se o principal problema após o esforço de universalização do acesso à educação. Segundo dados do INEP, o IDEB cearense referente ao Fundamental I chegou em 2013 a 5,2, e em 2015 atingiu 5,9. Com esse resultado o estado já ultrapassou sua meta para 2021 (5,4) e fica a um décimo de atingir a do país (6,0), para o mesmo ano. O Fundamental II, avaliado na 8ª série/9º ano, também vai bem segundo o IDEB, pois em 2015 (4,8) já havia ultrapassado a meta para 2017 (4,3). Já as avaliações do 3º ano do ensino

médio, mostram avanço lento, pois até 2011 sua meta havia sido atingida (3,6), mas a partir desse ano apresentou avanço lento, distanciando-se das metas dos anos seguintes (INEP, 2020). Entretanto, como salienta Lima (2012), há boas perspectivas para as séries seguintes, supondo a consolidação do aprendizado nos anos iniciais, como aponta o IDEB.

Além do ensino médio, a educação superior é outra fase em que se encontram boa parte dos jovens ‘nem nem’ aqui estudados, tendo interrompido ou já concluído a graduação. Com relação a este nível de ensino, podem ser elencadas várias ações quanto ao seu surgimento e distribuição pelo estado.

De início cabe destacar que a criação de cursos de graduação no Ceará se iniciou tardiamente em relação a outros estados, e prosseguiu de forma lenta, dado que sua primeira universidade (Universidade Federal do Ceará - UFC) surge já na segunda metade do século XX, porquanto em outras UF's são criadas no século XIX. Quanto à iniciativa privada, “em meio à expansão universitária ocorrida após a reforma universitária de 1968, apenas duas instituições particulares foram criadas nesse período na capital cearense, ambas em 1971: a Faculdade de Filosofia de Fortaleza e a Universidade de Fortaleza (UNIFOR)” (SULIANO, 2013, p. 43).

Já as primeiras indicações de interiorização do ensino superior no estado foram observadas em 1960, quando foi criada a Faculdade de Filosofia do Crato. Nesse contexto, destacam-se ainda a instalação da Faculdade Filosofia Dom José em Sobral em 1961, a criação da Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte seis anos depois (SULIANO, 2013, p. 43).

Quanto às universidades estaduais, em 1968, por iniciativa do governo municipal de Sobral, é criada a Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA), tornada autarquia pelo Poder Executivo Estadual em 1984, e posteriormente fundação, em 1993. Anos depois é criada pela Lei Estadual nº 11.191 de 1986, a Universidade Regional do Cariri (URCA), até então Faculdade de Filosofia do Crato, oficialmente instalada no ano seguinte a promulgação da lei. Outra universidade estadual desse período é a UECE (Universidade Estadual do Ceará) (1975), cuja atuação através de sua rede multicampi foi de grande importância para ampliação do acesso ao ensino superior no Ceará (SULIANO, 2013). No ano de 2020 a UECE possui unidades de ensino atuando nos municípios de Itapipoca, Fortaleza, Guaiuba, Pacotí, Crateús, Quixadá, Limoeiro do Norte, Tauá e Iguatu, que se voltam principalmente para a formação docente (UECE, 2020).

A despeito da contribuição da UECE, a instituição que teve protagonismo no referido processo de interiorização foi a UFC, principalmente a partir de 2006. Nesse ano, após a aprovação de sua participação no Programa de Expansão do Sistema Federal de Educação Superior, foram criados mais dois campi para a Universidade, no Cariri e em Sobral, e no ano seguinte foi instalado um terceiro campus, desta vez em Quixadá (SULIANO, 2013). Ao desmembrar-se da UFC em 2013 (Lei 12.826, de 5 de junho de 2013), o campus do Cariri tornou-se Universidade Federal do Cariri (UFCA), criando a possibilidade de nova ampliação de vagas para graduandos na região. Sediada em Juazeiro do Norte, a UFCA estende-se a outros quatro campi, localizados nos municípios de Barbalha, Crato, Brejo Santo e Icó (UFCA, 2020).

Destaca-se, por fim, que toda a atuação do Estado teve como objetivo principal expandir o ensino superior por meio da descentralização regional das universidades públicas. Porém, tal expansão realizou-se de modo que também tornasse possível “o desenvolvimento das regiões que apresentassem considerável potencial para a criação de polos socioeconômicos”, reconhecendo o papel da educação nesse processo (SULIANO, 2013, p. 53).

3. PROGRAMAS PARA O PRIMEIRO EMPREGO NO CEARÁ

Considerando a condição ‘não trabalha’ dos jovens ‘nem nem’, esta seção se dedica a descrição dos programas para o primeiro emprego desenvolvidos pelo Governo do Estado do Ceará, com foco na juventude. Nesse estado as principais iniciativas com vistas a resolução dessa questão social são o Projeto Primeiro Passo e o Programa E-Jovem. Ressalta-se a existência de outros

programas como o Juventude Cidadã, o Criando Oportunidades e o Juventude Empreendedora, que se destinam ao mesmo fim e tem a mesma linha de ação do Primeiro Passo, ao objetivar primordialmente a preparação/capacitação do jovem cearense para tornar possível sua inserção no mercado de trabalho (SILVA, 2009; INESP, 2008).

O Primeiro Passo é uma ação de destaque do Governo do Estado direcionada à juventude cearense (SILVA; OLIVEIRA, 2014). Foi criado em 2007, durante o governo Cid Gomes, por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), tendo como entidade executora o Grupo de Apoio ao Investidor Social (GAIS) (GALVÃO, 2016).

São vários os seus objetivos específicos, que incluem, de modo geral, a criação de oportunidades voltadas à cidadania, inclusão social e profissional, ao promover aprendizado prático e experiências que possibilitam o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens atendidos (SILVA, 2009).

Quanto ao funcionamento, este se dá através de três modalidades distintas: Jovem Aprendiz, Jovem Estagiário e Jovem Bolsista. De modo geral podem participar jovens de comunidades vulneráveis, com idade entre 16 e 24 anos, que estejam cursando em escola pública o ensino fundamental II, educação especial, ensino médio ou que tenha concluído este último, e cuja renda familiar per capita seja igual ou inferior a ½ salário mínimo. A participação do jovem em uma das modalidades será determinada tendo em vista sua idade e escolaridade, observando ainda os requisitos específicos de cada linha de ação do programa (SILVA, 2009).

Por meio do Jovem Aprendiz, o jovem com idade entre 16 e 24 anos, cursando o ensino médio, pode estagiar em empresas públicas ou privadas por um período de até 12 meses. Através do Jovem Bolsista, os adolescentes e jovens de 16 a 21 anos que cursam o ensino fundamental ou médio, tem acesso a ações de capacitação profissional e social com duração de 6 meses. Já o Jovem Estagiário destina-se a jovens do ensino médio de 16 a 21 anos e com conhecimentos básicos em informática, levando-os a estagiar em empresas públicas ou privadas, durante 12 meses (INESP, 2008; SILVA, 2009).

Os recursos para o financiamento do projeto advêm do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), “tendo no período de 2007-2014, ocorrido investimentos na ordem de R\$ 58.175.031,25, e sido beneficiado em torno de 48 mil jovens”, nas três linhas de ação (SILVA; OLIVEIRA, 2014, p. 40).

Segundo Silva (2009, p. 84) esse é um dos projetos inovadores do governo cearense na área das políticas para a juventude, havendo, contudo, a necessidade de saber “se a capacitação oferecida e a prática profissional são, de fato, capazes de reduzir o desemprego juvenil, ou se a força de trabalho dos jovens é utilizada apenas como mão-de-obra barata para a substituição de profissionais adultos”. Os resultados de sua avaliação mostram que o programa conseguiu proporcionar ganhos sociais aos jovens participantes.

O E-Jovem também tem a preocupação com a transição entre a escola e o mundo do trabalho, mas age por meio da oferta de cursos técnicos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), utilizando-se de um ambiente virtual de aprendizagem. A iniciativa é do Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Educação, e objetiva oferecer formação em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aos educandos do ensino fundamental, médio e egressos da rede pública estadual, com ênfase no protagonismo juvenil. São objetivos mais específicos a universalização da cultura digital, a qualificação profissional, a inserção no mundo do trabalho e o empreendedorismo social juvenil (TAHIM; SANTOS, 2012; FONTENELE, 2013).

A estratégia do projeto é fazer com que o jovem ou adolescente permaneça na escola ao mesmo tempo em que obtém uma formação mais sólida, que pode facilitar a sua entrada no mundo do trabalho. Para esse aprendizado é promovida uma formação em que o estudante desenvolve um processo autônomo de aprendizagem, passando a comprometer-se com sua própria formação (TAHIM; SANTOS, 2012) (FONTENELE, 2013).

A SEDUC destaca-se como “idealizadora e responsável por implementar, acompanhar e redirecionar as ações do projeto e integra o grupo gestor e normatizador” (p. 28), mas tem-se também como instituições principais na gestão do E-Jovem, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e o Instituto Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC). Além dessas, “outras instituições agregam valor ao projeto, com parcerias que incidem no repasse de metodologia e conteúdo específicos e na formação de educadores e instrutores em disciplinas específicas” (FONTENELE, 2013, p. 29).

Pode-se destacar ainda a respeito do E-Jovem, a importância da temática ‘mercado de trabalho’, tendo em vista que a formação proporcionada pelo projeto se propõe a qualificar os alunos para a atividade laboral e para a responsabilidade social (FONTENELE, 2013).

Apesar dos problemas identificados, a cada ano o projeto cresce, tendo suas metas ampliadas e expandindo-se entre os municípios cearenses. Como ressalta Fontenele (2013, p. 28), “desde a sua criação, o projeto já qualificou mais de 13.000 mil alunos em 180 escolas do estado de 70 municípios, mais de 40% de inserção no mercado de trabalho”. Nesse processo também cresce o volume de bolsas concedidas. Para atender esse quantum de estudantes, o investimento foi de aproximadamente 13 milhões de reais, considerando o período de 2008 a 2011.

Esta seção mostrou a atuação do Governo do Estado do Ceará com vistas a inserção do jovem cearense no mercado de trabalho. Os programas apresentados são relevantes em termos de público atendido, especialmente o Primeiro Passo, pelo qual já passaram mais de 48 mil jovens. O E-Jovem, apesar de menor, também contribui para amenizar o desemprego nesse grupo, tendo qualificado mais de 13 mil jovens, além de conseguir inserir no mercado de trabalho boa parte dos participantes.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance do principal objetivo deste estudo, esta seção apresenta detalhadamente os procedimentos metodológicos, ao trazer os esclarecimentos sobre a área de estudo, fonte e tratamento dos dados, e demais informações utilizadas.

O universo deste estudo contempla os jovens de 15 a 29 anos de idade, que não estudam e não trabalham (conhecidos na literatura como geração “nem nem”), residentes na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF (Figura 1), no ano de 2015. Sendo assim, o Ceará, é o estado para os quais foram descritos os investimentos em educação e os programas para o primeiro emprego, dado que a metrópole cearense é o foco de análise sobre o perfil dos jovens ‘nem nem’.

Sobre essa metrópole, a mesma foi criada através da Lei Complementar Nº 14 de 8 de junho de 1973, que estabeleceu, ao todo, oito regiões metropolitanas no Brasil. A RMF foi instituída com 6 municípios e no ano de 2015 compõe-se de 15 municípios (Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante).

FIGURA 1 - Mapa de localização da RMF



Fonte: Elaborado a partir da malha digital – IBGE (2010).

Quanto a fonte de dados para a realização do presente estudo, foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, já que é possível desagregar até Regiões Metropolitanas. Para o tratamento estatístico dos dados foi utilizado o software SPSS (Statistical Package for the Social Science), e para obter os resultados do modelo econométrico o STATA 13. Em complemento foi utilizado o programa Excel para a construção de tabelas. Já a confecção do mapa de localização realizou-se com o QGis (versão 2.18.12).

Inicialmente a amostra foi dividida em três categorias de análise: (i) nem-nem (nem estuda e nem trabalha), (ii) somente trabalha e (iii) somente estuda, procurando dar a dimensão/contingente dos jovens que não estudam nem trabalham em relação aos demais grupos.

Quanto ao perfil, as variáveis selecionadas na caracterização demográfica e socioeconômica da população entre 15 a 29 anos, que nem estuda e nem trabalha foram:

- I) Sexo: i) masculino e ii) feminino;
- II) Grupos etários: i) 15 a 19 anos, ii) 20 a 24 anos e iii) 25 a 29 anos;
- III) Raça/cor: i) branca, ii) preta, iii) amarela, iv) parda e v) indígena;
- IV) Nível de instrução: i) sem instrução e fundamental incompleto, ii) fundamental completo e médio incompleto, iii) médio completo e superior incompleto, iv) superior completo;
- V) Estado conjugal: i) solteiro(a), ii) casado(a), iii) desquitado(a)/separado(a) judicialmente, iv) divorciado(a) e v) viúvo(a);
- VI) Mora com a mãe: i) sim e ii) não;
- VII) Situação do domicílio: i) urbano, ii) rural;
- VIII) Rendimento domiciliar per capita em salários mínimos: i) até 1/2, ii) mais de 1/2 até 1, iii) mais de 1 até 2, iv) mais de 2 até 3, v) mais de 3 até 5, vi) mais de 5 até 10 e vii) acima de 10.

Já no modelo econométrico *probit* foi utilizada como variável dependente a *dummy* referente a ser nem nem (1) ou não (0), e como variáveis explicativas idade, escolaridade e as dummies sobre o sexo (0 para masculino e 1 para feminino) e o rendimento domiciliar per capita (0 para mais de 1/2

SM e 1 para até 1/2 SM). As variáveis faltantes em relação as estatísticas descritivas foram retiradas do modelo por não apresentarem significância estatística.

No intuito de calcular o sentido e o grau de influência das variáveis apresentadas anteriormente sobre a condição do jovem ser ou não nem nem, foi utilizado o modelo Probit. O mesmo método foi utilizado por Figueiredo e Almeida (2017) ao estudar a população nem nem no Brasil, a partir da PNAD de 2012.

O modelo escolhido baseia-se na utilização de uma variável dependente I_i determinada por uma ou mais variáveis explanatórias X_i . Através da variável dependente ou índice de utilidade observável é determinada a decisão da i -ésima observação do modelo, ou seja, quanto maior o valor do índice I_i , maior a probabilidade de uma decisão positiva para a observação. O índice I_i pode ser definido como:

$$I_i = \beta_1 + \beta_2 X_i \quad (1)$$

Tem-se que $Y = 1$ para indivíduos na condição “nem nem” e $Y = 0$ para caso contrário, considerando que o índice I_i possui um nível crítico ou limiar I_i^* que atua como um limite, tal que se I_i^* for menor ou igual a I_i o indivíduo pertencerá à condição “nem-nem”, e caso contrário não, como exposto em (2).

$$Y = \begin{cases} 1, & \text{se } I_i^* \leq I_i \\ 0, & \text{se } I_i^* > I_i \end{cases} \quad (2)$$

Seguindo a premissa de normalidade, a probabilidade de que I_i^* seja menor ou igual a I_i pode ser calculada a partir da função de distribuição ou densidade de probabilidade acumulada (FDA) normal padronizada, expressa em (3).

$$P_i = P(Y = 1|X) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq \beta_1 + \beta_2 X_i) = F(\beta_1 + \beta_2 X_i) \quad (3)$$

em que $P(Y = 1|X)$ é a probabilidade do indivíduo estar na condição “nem-nem” dado um ou mais valores da variável explanatória X , e onde Z_i é a variável normal padronizada. F é a função de distribuição acumulada normal padrão, que é explicada em (4):

$$\begin{aligned} F(I_i) &= \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{I_i} e^{-z^2/2} dz \\ &= \frac{1}{\sqrt{2\pi}} \int_{-\infty}^{\beta_1 + \beta_2 X_i} e^{-z^2/2} dz \end{aligned} \quad (4)$$

Diferente dos parâmetros dos modelos de regressão linear comuns que fornecem informações sobre o sentido e a grandeza da influência de uma variável explicativa, os parâmetros do modelo *probit* indicam de forma imediata somente o sentido da influência, já que os valores dos parâmetros estimados significam a contribuição individual das variáveis no índice de utilidade que não é observável, mas que está relacionado com a probabilidade do evento ocorrer.

Assim, informações sobre a grandeza da influência somente são obtidas através de cálculos adicionais. Como no modelo *probit* todos os regressores estão relacionados no cálculo da variação da probabilidade, a taxa desta variação, ou seja, a grandeza da influência será dada por $\beta_j f(Z_i)$, onde $f(Z_i)$ é a função de densidade da variável normal padrão e $Z_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \dots + \beta_k X_{ki}$, isto é, é o modelo de regressão utilizado na análise.

Segundo Oliveira (1998), o pseudo- R^2 obtido no modelo probit, diferente do R^2 da regressão clássica não tem interpretação intuitiva imediata, de modo que um valor muito próximo de 1 indicaria

mais uma má especificação do que um bom ajustamento. Dessa forma, o comando ‘*estat class*’ foi considerado como elemento de apreciação da qualidade dos resultados estimados, por informar o percentual de acertos do modelo. Tal comando consiste de uma matriz na qual se confrontam as previsões do modelo, com a repartição efetiva das observações da amostra entre os dois grupos, associados ao 0 e ao 1. Ao calcular para cada observação uma estimativa da probabilidade de $Y = 1$ (por meio das fórmulas apresentadas anteriormente), é predito que $Y_i = 1$ ou $Y_i = 0$, conforme essa estimativa exceda ou não 0,5. Em seguida a informação é organizada numa tabela da seguinte forma:

	Y_i predito = 1	Y_i predito = 0	Totais
Y_i observado = 1	A	B	n1
Y_i observado = 0	C	D	n0
Totais	E	F	n

A e D representam os números correspondentes as previsões acertadas do modelo, enquanto B e C quantificam as previsões erradas. Assim, $(A+D)/n$ mostra o percentual de acertos do modelo, ao passo que a proporção de observações erradamente classificadas, $(B+C)/n$, é a chamada taxa aparente de erro.

5. RESULTADOS

5.1 Quantos são?

A presente seção volta-se para análise do perfil do jovem nem nem na RMF. Inicialmente, a Tabela 1 mostra o volume de jovens que não estudam, não trabalham ou apresentam ambas as características, bem como suas respectivas participações no total de jovens na metrópole cearense.

Inicialmente constata-se que a RMF concentra mais de um milhão (1.021.543) de jovens com idade de 15 a 29 anos. Sobre aqueles que não estudam, a metrópole registra em termos absolutos (657.802) e relativos (64%) a maioria da sua população jovem nessa condição. Quanto aos que não trabalham, 48,81% estão fora do mercado de trabalho. Com relação aos jovens que não estudam e não trabalham (nem nem), população alvo desse estudo, coube 23,87%, sendo um contingente expressivo em condição de vulnerabilidade social e econômica, com forte impacto nas suas vidas e no crescimento e desenvolvimento da RMF, bem como do Ceará e do Brasil.

TABELA 1 - Volume e participação dos jovens que nem estudam e nem trabalham (‘nem nem’) no total de jovens de 15 a 29 anos de idade – RMF - 2015

Condição do Jovem	Número de Jovens	Part. (%) no Total da RM*
Nem Nem	243.811	23,87
Não Estudam	657.802	64,39
Não Trabalham	498.572	48,81
Pop. de 15 a 29 anos	1.021.543	-

*Condições/categorias não são excludentes, em razão disso os percentuais não somam 100%.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Na Tabela 2 é possível ver os dados anteriores desagregados segundo os grupos etários de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos. A distribuição entre estes segundo a população total não apresenta grande variação, visto que cabe a cada grupo etário aproximadamente um terço do total de jovens, sendo que aqueles de 15 a 19 anos estão em segunda posição, entretanto, é o grupo em que há menos jovens na condição de nem nem (26,56%).

Essa constatação pode ser reflexo dos avanços obtidos na educação cearense, resultante, entre outros objetivos, da busca pela inserção, cada vez mais, de crianças e adolescentes na rede de

ensino, como pôde ser visto nas seções anteriores, destacando-se o maior esforço em relação aos jovens do ensino médio, associado a identificação de problemas recorrentes nesse nível de ensino.

TABELA 2 - Volume e participação dos jovens que nem estudam e nem trabalham ('nem nem') no total de jovens de 15 a 29 anos de idade, segundo o grupo de idade - RMF - 2015

Grupo Etário	População Total		Não Estudam		Não Trabalham		Nem Nem	
	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)
15 a 19	343.575	33,63	112.878	17,16	262.901	52,73	64.755	26,56
20 a 24	347.120	33,98	263.970	40,13	142.249	28,53	101.559	41,65
25 a 29	330.848	32,39	280.954	42,71	93.422	18,74	77.497	31,79
15 a 29	1.021.543	100,00	657.802	100,00	498.572	100,00	243.811	100,00
Part. (%) no total da RMF*	-		64,39		48,81		23,87	

*Condições/categorias não são excludentes, em razão disso os percentuais não somam 100%.

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

A divisão por grupo etário é conveniente, pois o volume de jovens que não estuda, não trabalha ou ambos, está grandemente relacionado a idade em que se encontra o jovem. Como pode ser visto, a medida em que aumenta a idade, cresce o percentual de jovens que não estudam e diminui os que não trabalham. Em razão disso, a maior participação dos nem nem é observada no grupo de idade intermediário (20 a 24 anos), sendo este o momento de transição entre o mundo da escola e o do trabalho.

5.2 Quem São?

Considerando o perfil demográfico quanto ao sexo dos jovens nem nem de 15 a 29 anos, observa-se que a maioria são mulheres, com participações acima de 60% (Tabela 3). O resultado encontrado por Camarano et al. (2006) para os anos de 1980 e 2010 mostra que as mulheres também são maioria nessa condição no Brasil, apesar de sua participação ter diminuído. Associando os resultados ao fenômeno de transição para a vida adulta, sugerem que para as mulheres não há necessariamente uma passagem pelo mercado de trabalho e possivelmente elas saem do domicílio de origem como cônjuges ou mães, sem ter realizado alguma atividade econômica. O mesmo resultado é confirmado por outros estudos como os de Figueiredo e Almeida (2017) e Remy e Vaz (2017), cujos resultados indicam forte efeito de gênero no fenômeno dos nem nem.

TABELA 3 - Sexo dos jovens 'nem nem', por grupo etário - RMF - 2015

Sexo	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Masculino	40,44	36,58	24,20	33,67
Feminino	59,56	63,42	75,80	66,33
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

A respeito da divisão entre grupos etários, chama atenção a diferença entre homens e mulheres na evolução dos percentuais. No caso deles, idades mais elevadas correspondem a participações menores no total de jovens na condição analisada, possivelmente associadas ao motivo de trabalho, enquanto para as mulheres ocorre o inverso.

A maior participação feminina é registrada no grupo etário de 25 a 29 anos, onde 75,80% dos nem nem são mulheres. Por conseguinte, também tem-se aí a menor participação masculina (24,20%). Isto pode estar relacionado a deixar ou não dar continuidade aos estudos, mas também a dificuldades para conseguir trabalho, ou escolhas na vida pessoal. Ademais, a diferença entre homens

e mulheres quanto a transição entre adolescência e vida adulta é um fator importante a ser considerado, dado a predominância feminina na condição de nem nem (CARDOSO, 2013).

Por outro lado, há os casos em que para as mulheres o abandono da vida escolar e a inatividade econômica se devem a frustrações/dificuldades, como no caso de gravidez na adolescência, correspondente a uma gravidez indesejada entre as mais jovens, que traz a necessidade de cuidar do filho ou em outros casos cuidar de irmãos mais novos ou pais idosos. Como destacado por Remy e Vaz (2017, p. 136): “o cuidado com os filhos, ao recair primordialmente sobre as mulheres, penaliza sua escolaridade e inserção no mercado de trabalho, tornando-as mais propensas à condição estudada”.

Outra característica que interfere tanto na vida estudantil quanto na inserção no mercado de trabalho é a raça/cor. Na Tabela 4 é possível visualizar que independente do grupo etário, os jovens nem nem são na grande maioria de raça/cor parda. Em segundo lugar tem-se a raça/cor branca. Amarelos e indígenas apresentam participações quase sempre próximas a zero.

TABELA 4 - Raça/cor dos jovens ‘nem nem’, por grupo etário - RMF - 2015

Raça/Cor	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Branca	25,13	23,70	21,01	23,22
Preta	3,83	4,53	6,85	5,08
Amarela	1,09	0,00	0,00	0,29
Parda	69,40	71,77	72,14	71,26
Indígena	0,55	0,00	0,00	0,15
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Conforme dados do Censo Demográfico 2010, no Ceará, assim como no Nordeste, se sobressai o número de residentes pardos, o que implica em maior percentual de jovens com essa raça/cor (IPECE, 2012). A segunda maior participação coube aos autodeclarados brancos, que representam 23,22% dos jovens nem nem da RMF. A análise para o grupo etário geral (15 a 29 anos) é representativa em relação aos grupos etários específicos, visto que, em geral, os valores relativos não mostram grandes variações entre eles.

Entretanto, é preciso destacar que, no grupo de idade entre 25 a 29 anos, há maior percentual de negros em relação ao de menor idade (15 a 19). A diferença mesmo que pequena, pode ser um indicativo de que a discriminação por raça/cor está mais presente no mercado de trabalho, diminuindo as chances de conseguir emprego. Por outro lado, mesmo após a entrada no mercado de trabalho, esta discriminação pode ser constatada através de diferenças salariais, e não somente em relação à raça/cor, mas também por sexo (CACCIAMALI; HIRATA, 2005).

Quanto ao nível de instrução, a Tabela 5 mostra que aproximadamente metade dos jovens nem nem tem no mínimo o ensino médio completo, o que não é um bom resultado, pois indica dificuldades de continuar se qualificando ou de inserção no mercado de trabalho. Na RMF aproximadamente 47% dos jovens que não estudam e não trabalham são escolarizados até o ensino médio completo ou superior incompleto. Com a segunda maior participação aqueles que não têm instrução ou não terminaram o ensino fundamental, correspondentes a aproximadamente 28%. Em seguida tem-se o percentual de jovens com fundamental completo ou médio incompleto (22,21%), enquanto a menor participação coube aos nem nem com superior completo (3,34%).

TABELA 5 - Nível de instrução dos jovens ‘nem nem’, por grupo etário - RMF - 2015

Nível de Instrução	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Sem Instrução e Fundamental Incompleto	35,52	25,78	23,29	27,58
Fundamental Completo e Médio Incompleto	24,04	21,95	21,01	22,21
Médio Completo e Superior Incompleto	40,43	48,78	49,77	46,88
Superior Completo	0,00	3,48	5,93	3,34
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Em geral, foi possível observar que os dois níveis de instrução mais baixos se concentram no grupo etário mais jovem (15 a 19), ao passo que a maior escolarização é verificada no grupo mais velho (25 a 29). Uma maior escolaridade significa um capital humano ocioso. Por outro lado, a menor escolaridade para o grupo etário de 15 a 19 anos pode contribuir para dificultar a inserção, já que indica o encerramento ou abandono dos estudos muito cedo. Assim, as ocupações quando encontradas por esses jovens são precárias ou em atividades de curta duração, levando a elevadas taxas de rotatividade e desemprego (MONTEIRO, 2013).

A análise do estado civil dos jovens nem nem (15 a 29 anos) mostra que a maioria é solteira, com percentuais frequentemente acima de 90%, independente do grupo etário que façam parte (Tabela 6). Essa questão pode estar relacionada, segundo Barbosa e Rocha-Coutinho (2007, p.168), a "[...] uma opção de vida que envolve diferentes questões, como encontrar o parceiro certo, investir em uma carreira profissional, conquistar estabilidade financeira e efetiva, manter a liberdade, entre outros".

TABELA 6 - Estado civil dos jovens ‘nem nem’, por grupo etário - RMF - 2015

Estado Civil	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Solteiro (a)	99,45	95,09	88,10	94,46
Casado (a)	0,00	4,15	7,73	3,91
Desquit. (a) ou separado (a) judicialmente	0,55	0,38	0,60	0,49
Divorciado (a)	0,00	0,38	2,98	0,98
Viúvo (a)	0,00	0,00	0,59	0,16
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Quanto aos jovens nem nem que moram com a mãe ou não, os dados da Tabela 7 mostram percentuais mais expressivos para jovens que tem a mãe morando na residência. A respeito da subdivisão entre os grupos etários, observa-se clara relação entre o aumento da idade e a saída da casa dos pais, isto é, embora no grupo geral a maioria dos nem nem more com a mãe, isto se deve aos dois grupos etários mais jovens, especialmente o de 15 a 19 anos, já que entre 25 e 29 quase 60% não mora com a mesma. Contudo, mesmo nesse grupo o percentual daqueles que moram com a mãe na RMF é consideravelmente elevado (40,41%), o que é esperado em se tratando dos jovens nem nem, pois devido a condição de não trabalhar, torna-se difícil estabelecer e manter um domicílio.

TABELA 7 - Jovens ‘nem nem’ que moram com a mãe ou não, por grupo etário - RMF - 2015

Mora com a Mãe	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Mora	72,83	54,38	40,41	55,04
Não mora	27,17	45,62	59,59	44,96
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

O elevado percentual de jovens morando com os pais está de acordo com a literatura sobre os nem nem e a chamada geração canguru, ao destacarem a permanência dos jovens junto da família, devido ao conforto proporcionado ou a falta de perspectivas no mercado de trabalho que os leva a inatividade econômica, por vezes associada a inatividade escolar (REMY; VAZ, 2017).

Em se tratando da situação de domicílio dos jovens nem nem, a grande maioria (cerca de 94%) reside em domicílio urbano, como mostra a Tabela 8. Na RMF, dentre aqueles com idade entre 15 e 29 anos, 93,61% residem no urbano e apenas 6,39% no rural, havendo pouca diferenciação entre os grupos etários. Os percentuais encontrados para o urbano foram elevados devido a área estudada se tratar de uma metrópole, que são áreas muito urbanizadas.

TABELA 8 - Situação do domicílio dos jovens ‘nem nem’, por grupo etário - RMF - 2015

Situação do Domicílio	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Urbano	93,99	93,73	93,15	93,61
Rural	6,01	6,27	6,85	6,39
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Tal resultado pode ser explicado em função da atração que o urbano exerce sobre os indivíduos, que o veem como um espaço de oportunidades. Assim, além dos jovens já residentes no meio urbano, há a migração do rural para tal área, em busca de estudo, trabalho e/ou outros aspectos de qualidade de vida (HARTWIG, 2012), muitas vezes tendo abandonado ou concluído os estudos, tendo em vista sua situação econômica (GARCIA et al., 2012).

Entretanto, há nos centros urbanos grande seletividade migratória (QUEIROZ, 2013) e rotatividade de trabalhadores que elevam o desemprego, principalmente entre os mais jovens, enquanto no meio rural a menor escolaridade e o menor dinamismo econômico inibem o movimento de oferta e demanda de trabalho, respectivamente, contribuindo para a permanência do trabalhador no emprego por mais tempo (MONTE; PENIDO, 2008).

Como indicado acima por Garcia et al. (2012), os jovens brasileiros estão em famílias com renda baixa, tendo em vista que 83% apresentam renda domiciliar per capita inferior a dois salários mínimos. A Tabela 9 traz estas informações mostrando o perfil do jovem nem nem quanto ao rendimento domiciliar per capita.

TABELA 9 - Faixas de rendimento domiciliar per capita dos jovens ‘nem nem’, em salários mínimos, por grupo etário - RMF - 2015

Rendimento Domiciliar Per Capita	Jovens Nem Nem			15 a 29
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	
Até 1/2 SM	52,51	64,51	58,88	59,52
Mais de 1/2 até 1 SM	39,10	28,32	27,57	30,95
Mais de 1 até 2 SM	7,82	6,09	8,88	7,44
Mais de 2 até 3 SM	0,00	0,36	3,74	1,34
Mais de 3 até 5 SM	0,00	0,72	0,93	0,60
Mais de 5 SM	0,56	0,00	0,00	0,15
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2015.

Na RMF aproximadamente 60% possui rendimento domiciliar per capita abaixo de meio salário mínimo, com maior peso no grupo de idade de 20 a 24 anos (64,51%). Com isso, cerca de 31% residem em domicílio com rendimento entre meio e 1 salário. Por outro lado, somente 7,44%

tem rendimento entre 1 e 2 salários mínimos, e as demais categorias apresentam valores pequenos, frequentemente inferiores a 1%.

Na seção sobre os programas para o primeiro emprego de jovens, havia aqueles que usavam o baixo rendimento como um critério para delimitar o público a ser atendido pela iniciativa. Nesse contexto, foi destacado que tais critérios poderiam levar ao atendimento de menos jovens, quando a realidade do desemprego juvenil os atingia de maneira geral. Em relação ao Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE), Weyrich (2007) destacou a necessidade de ações estatais voltadas para todos os jovens. Entretanto, os dados analisados para os jovens nem nem da RMF confirmam que a maioria se encontra em famílias com baixo rendimento, sendo importante políticas públicas de estímulo ao emprego e educação, notadamente para os jovens de baixa renda, que são a grande maioria.

5.3 Resultados do modelo econométrico

Com a aplicação do modelo *probit* foi possível obter informações referentes ao sentido da influência de cada variável na probabilidade dos indivíduos observados estarem na condição de nem nem. Dentre as variáveis utilizadas nas estatísticas descritivas, aquelas referentes a raça/cor, estado civil, morar com a mãe e situação de domicílio não foram significantes, e por isso foram retiradas do modelo. As informações estatísticas referentes aos dados utilizados indicaram como resultado do comando '*estat class*', um percentual de acertos de 79% para a RMF. Ademais, o resultado para o sentido da influência mostra que apenas a escolaridade afeta negativamente a probabilidade de ser nem nem, enquanto 'Feminino', 'Idade' e 'AtémeioSM' tem efeito positivo (Tabela 10).

TABELA 10 - Resultados do modelo *probit* - RMF - 2015

Nem Nem	Coefficiente	Erro Padrão	z	P > z
Feminino	0,5411395	0,0563	9,61	0,000
Idade	0,0459134	0,0067	6,88	0,000
Escolaridade	-0,0616778	0,0097	-6,36	0,000
AtémeioSM	0,7405131	0,0582	12,72	0,000
Intercepto	-1,730888	0,1691	-10,24	0,000

Fonte: Resultados do modelo *probit*, a partir dos microdados da PNAD 2015.

Além do sentido da influência foi estimado o efeito marginal associado a probabilidade do evento '1' (ser nem nem) ocorrer. As estimativas mostram que ser do sexo feminino aumenta em aproximadamente 15,78% a probabilidade de ser nem nem. Para a idade foi considerado o intervalo de 15 a 29 anos, com isso, cada ano a mais eleva a probabilidade de estar na condição de nem nem em, aproximadamente, 1,35%. O efeito positivo deriva dos maiores percentuais de jovens nessa condição nos dois últimos grupos etários (20 a 24 e 25 a 29).

TABELA 11 - Efeito marginal das variáveis - RMF - 2015

Variável	dy/dx	Erro Padrão	z	P > z	X
Feminino*	0,1577614	0,0161	9,82	0,000	0,50830
Idade	0,0134957	0,0020	6,87	0,000	21,9408
Escolaridade	-0,0181295	0,0029	-6,36	0,000	9,70975
AtémeioSM*	0,2320184	0,0188	12,31	0,000	0,35885

y = Pr(nemnem) (predict) = 0,21722603; 0, 27257462; 0,2093328, respectivamente.

(*) dy/dx é para a mudança discreta da variável *dummy* de 0 para 1

Fonte: Resultados do modelo *probit*, a partir dos microdados da PNAD 2015.

Quanto a escolaridade, única variável a apresentar influência negativa sobre o evento analisado, foi observado que cada ano a mais de instrução reduz a probabilidade de ser classificado como nem nem em 1,81%.

A *dummy* associada ao rendimento familiar, por sua vez, mostrou que possuir rendimento per capita abaixo de meio salário mínimo eleva a probabilidade do jovem ser nem nem em cerca de 23%, sendo, portanto, a variável explicativa com maior impacto, reafirmando os resultados destacados nas estatísticas descritivas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o significativo crescimento no contingente de jovens simultaneamente fora da escola e do mercado de trabalho, estudos sobre a geração nem nem (nem estuda e nem trabalha) tornaram-se foco de análise na literatura brasileira, constituindo-se um tema de grande relevância social e, portanto, de interesse de pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Diante disso, o objetivo principal deste estudo foi saber quantos são e quem são os jovens nem nem residentes na Região Metropolitana de Fortaleza, dado a escassez de estudos sobre os mesmos nessa metrópole nordestina.

O estudo inicialmente buscou descrever os investimentos realizados em educação no Ceará, dado que essa metrópole se encontra nesse estado. A revisão da literatura mostrou o maior esforço na educação infantil, com programas mais notáveis para este nível de ensino (PAIC, Mais PAIC, Mais Educação), enquanto o programa para o ensino médio de maior atuação derivava da iniciativa federal, e no ensino superior verifica-se implantação tardia e desenvolvimento lento, apesar da interiorização.

Levando em consideração a condição ‘não trabalha’, este estudo descreveu os programas para o primeiro emprego desenvolvidos pelo Governo do Ceará, dada a problemática do desemprego juvenil. Os programas estaduais destinam-se, de modo geral, a adolescentes e jovens desde os 14 aos 29 anos, mas cada um com condicionalidades específicas em relação a idade, escolaridade etc. Em geral, tais programas atuam sobre a problemática através da capacitação, qualificação ou profissionalização, constituindo-se em ações educacionais e/ou sociais. O intuito é inserir no mercado de trabalho os jovens atendidos, mas impõe como desafio a contratação em si não depender do governo estadual, que atua indiretamente no incentivo a geração de postos de trabalho destinados aos jovens e na intermediação e/ou estímulo a contratação destes.

Como principal contribuição deste estudo, a análise dos resultados sobre os jovens nem nem na RMF, os caracterizou como maioria do sexo feminino, com predominância da raça/cor parda e branca, com cerca de 50% com ensino médio completo ou superior incompleto, apesar do elevado percentual de pessoas com escolaridade inferior a esta (cerca de 45%), majoritariamente solteiros, residindo com os pais, em domicílio urbano, e com baixo rendimento familiar.

Ademais foi utilizado o modelo *probit* para verificar a influência de algumas dessas características sobre a probabilidade do jovem ser nem nem na RMF. As estimativas revelam como variável de maior impacto o rendimento per capita abaixo de meio salário mínimo, seguido da influência positiva em ser do sexo feminino, e reafirmou a importância da escolaridade na redução de tal probabilidade. Assim, os resultados para a RMF estão em acordo com pesquisas já realizadas sobre a temática, destacando a predominância da participação feminina e o baixo rendimento domiciliar entre os jovens que não estudam e não trabalham.

Por fim, convém reafirmar a relevância da temática abordada, que envolve o âmbito social, por se tratar das perspectivas futuras dos jovens, e econômico, devido a importância desse segmento para o desenvolvimento do país. Assim, torna-se importante saber mais a respeito e, principalmente, agir por meio da continuidade e aperfeiçoamento de iniciativas para a melhora na educação, qualificação profissional e geração de empregos, pois se não fossem essas medidas e programas, a situação dos jovens na RMF seria ainda mais preocupante. Com isso, além da contribuição acadêmica, espera-se que os resultados deste estudo auxiliem na focalização de políticas públicas para o combate à evasão escolar e ao desemprego, ou ainda, para a saída da condição de nem nem.

7. REFERÊNCIAS

BARBOSA, Patrícia Zulato; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 19, p. 163/1-185, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 96 p.: il. - (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos de Atenção Básica; n. 24).

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A Influência da Raça e do Gênero nas Oportunidades de Obtenção de Renda - Uma Análise da Discriminação em Mercados de Trabalho Distintos: Bahia e São Paulo. **Estudos Econômicos** (São Paulo. Impresso), São Paulo, v. 35, n.4, p. 767-795, 2005.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão; ANDRADE, Adriana. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** 1ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2006, v. 1, p. 259-290.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, 2013.

CEARÁ. Secretaria da Educação (SEDUC - CE). **Projetos e programas**. Disponível em: < <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/projetos-e-programas> >. Acesso em: 8 de out. de 2016.

_____. Secretaria da Educação (SEDUC - CE). **SPAECE** - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica. Disponível em: < <https://www.seduc.ce.gov.br/spaace/> >. Acesso em: 03 de junho de 2020.

COELHO, Maria Izolda Cela de Arruda. **Rede de cooperação entre escolas**: uma ação no âmbito do programa alfabetização na idade certa - PAIC. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

COSTA, Joana Simões de Melo; ULYSSEA, Gabriel. O fenômeno dos jovens nem-nem. In: **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. 1ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2014, v. 1, p. 115-140.

FIGUEIREDO, A. M. R.; ALMEIDA, J. B. S. A. **População Nem-Nem: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012**. *Revista de Estudos Sociais*, v. 19, p. 106-129, 2017. Disponível em: < <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/4942/pdf> >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

FONTENELE, Paulo Sérgio. **O Projeto E-Jovem no Estado do Ceará**: Perspectivas, Análise e Desafios. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA). **Os intocáveis (V)**: a saga dos jovens brasileiros excluídos do trabalho e da educação. FPA Comunica n.11. São Paulo, nov. 2013.

GALVÃO, Thais Leite. **Retrato do desemprego juvenil no Brasil e no Ceará nos anos de 2004 e 2014**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Regional do Cariri, Crato/CE, 2016.

GARCIA, Maria de Fátima; ARAÚJO, Eliane Cristina de; ARAÚJO, Elisangela Luzia; FAUSTINO, Izabel Aparecida. A Condição do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). **Revista ANPEC**, Brasília (DF), v. 13, p. 481-506, set/dez 2012.

HARTWIG, Marisa. **Migração campo cidade**: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e cidade em busca de caminhos comuns, Pelotas/RS, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD (2015)**. Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro, 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB**: Resultados e Metas. Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/> >. Acesso em: 03 de junho de 2020.

INESP. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará. **Inclusão Social e Formação Profissional da Juventude Cearense**: Linhas de Ação, Programas e Projetos. INESP: Fortaleza - CE, 2008.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Informe nº. 23. **Perfil da raça da população cearense**. Fortaleza - CE, março, 2012.

LIMA, Alessio Costa. Ciclo de avaliação da educação básica do Ceará: principais resultados. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 38-58, set/dez. 2012.

MONTE, Paulo Aguiar do; PENIDO, Mariângela Rangel Jacques. Determinantes da duração esperada do emprego urbano e rural no Nordeste brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), Piracicaba-SP, vol. 46, n 04, p. 989-1014, out/dez 2008.

MONTEIRO, Joana da Costa Martins. Quem são os Jovens Nem-Nem? Uma análise sobre os jovens que não estudam e não participam do mercado de trabalho. In: **Ensaios IBRE de economia brasileira I**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, v. 1, p. 231-248.

NASPOLINI, Antenor. A reforma da educação básica no Ceará. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol.15, n.42, May/Aug. 2001.

OLIVEIRA, M. M. **Modelos de escolha binária**. Faculdade de Economia do Porto, Portugal. 1998. Disponível em: < https://www.fep.up.pt/disciplinas/2E103/modelos_de_escolha_binaria.pdf >. Acesso em: 19 de maio de 2018.

PAIC. Programa de Alfabetização na Idade Certa. **MAIS PAIC**: história. Disponível em: < <https://paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/historico/historia> >. Acesso em: 03 de junho de 2020.

QUEIROZ, Silvana Nunes de. **Migrações, Retorno e Seletividade no Mercado de Trabalho Cearense**. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2013.

REMY, Maria Alice Pestana de Aguiar; VAZ, Daniela Verzola. Fora da escola e do mercado de trabalho: o jovem “nem-nem” no Estado do Rio de Janeiro. **Revista da ABET**, v. 16, n. 2, Jul./Dez. de 2017.

SANTIAGO, Lindelvania Matias de; RODRIGUES, Malvina Thaís Pacheco; OLIVEIRA JUNIOR, Aldivan Dias de; MOREIRA, Thereza Maria Magalhães. Implantação do Programa Saúde na Escola em Fortaleza - CE: atuação de equipe da Estratégia Saúde da Família. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, vol. 65, nº 6, Nov./Dez. 2012.

SILVA, Joaquim Leitão de Castro e; OLIVEIRA, Lafaete Almeida de. **Juventude, Trabalho e Políticas Públicas: Um Olhar sobre o Projeto Primeiro Passo do Governo do Estado do Ceará desenvolvido em Fortaleza - CE. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Gestão Pública) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção/CE, 2014.**

SILVA, Liduína Elisabeth Angelim Gomes da. **Trabalho e juventude: uma análise do Projeto Primeiro Passo/CE. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009. 120 p.**

SULIANO, Daniele Cirilo. **Expansão e interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC): avaliação das repercussões educacionais e sociais. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.**

TAHIM, Demetrius Oliveira; SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. **Considerações sobre o Projeto E-Jovem (SEDUC/CE) a partir dos Conceitos de Broadcast e Interatividade. In: I Simpósio Internacional de Educação a Distância, São Carlos, 2012. Anais do SIED: ENPED, 2012.**

UECE. Universidade Estadual do Ceará. **UECE: Onde estamos.** Disponível em: < <http://www.uece.br/onde-estamos/> >. Acesso em: 02 de junho de 2020.

UFCA. Universidade Federal do Cariri. **Instituição: apresentação e história.** Disponível em: < <https://www.ufca.edu.br/instituicao/apresentacao-e-historia/> >. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

WEYRICH, Márcio Luiz. **Primeiro emprego: Uma análise comparativa dos programas federal e estaduais.** Monografia (Curso de Especialização em Orçamento Público) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 2007.